

**PRIMEIRAS PROPOSTAS DE HABITAÇÃO OPERÁRIA
NO PORTO: A CASA UNIFAMILIAR, O CARRÉ
MULHOUSIEN E A CITE-JARDIN.**

**PRIMERAS PROPUESTAS DE VIVIENDA SOCIAL EN
OPORTO: LA VIVIENDA UNIFAMILIAR, EL CARRÉ
MULHOUSIEN Y LA CITE-JARDIN**

**WORKING-CLASS HOUSING FIRST PROPOSALS IN
OPORTO: THE SINGLE-FAMILY HOUSE, THE CARRÉ
MULHOUSIEN AND THE CITE-JARDIN**

Eliseu GONÇALVES* y Rui J. G. RAMOS**

RESUMO

A narrativa aborda uma solução particular de casa económica –o Carré Mulhousien–. Esse foi o modelo tomado como ideal no Porto de 1900 e a sua análise permite fixar temas desenvolvidos posteriormente pelas práticas modernas da habitação social na sua relação com a cidade. O texto expõe alguns temas importantes para compreender, entre geografias diversas, a reforma da habitação operária no final do século XIX centrada no unifamiliar e no ideal das cidades jardim.

Palavras chave: arquitetura, habitação económica, unifamiliar, cidade operária, Mulhouse, Porto, século XIX.

RESUMEN

Este artículo se centra en una solución concreta de viviendas de bajo coste –el carré mulhousien–. Éste fue el modelo ideal que se utilizó en Oporto en 1900 y su análisis permite el establecimiento de temas de amplio alcance que serán utilizados más adelante en las prácticas modernas de vivienda social en contexto urbano. El artículo analiza algunos temas claves de cara a la comprensión, en diferentes ámbitos geográficos, de las reformas en la vivienda social a finales del siglo XIX, centrándose en las casas unifamiliares independientes y en el ideal de ciudad-jardín.

Palabras clave: arquitectura, vivienda de bajo coste, vivienda unifamiliar, ciudad industrial, Mulhouse, Oporto, siglo XIX.

* Eliseu Gonçalves (egoncalves@arq.up.pt) es Arquitecto, Doctor en Arquitectura, Professor Auxiliar e Investigador en el “Projecto Mapa da Habitação” en el Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (CEAU/FAUP) (Portugal).

** Rui J. G. Ramos (rjramos@arq.up.pt) es Arquitecto, Doctor en Arquitectura, Professor Associado com Agregação e Investigador en el “Projecto Mapa da Habitação” en el Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (CEAU/FAUP) (Portugal).

[Este trabalho foi desenvolvido no âmbito de uma investigação cofinanciada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade COMPETE2020/ Portugal/2020/ UE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto «PEst-C/EAT/UI0145/2011»].

ABSTRACT

This article focuses on a particular solution of low price housing –the *carré mulhousien*–. This was the ideal model built in Oporto and its analysis allows the display of wide frame indications, which will be referenced later in the first practices of social housing of modern architecture in urban context. The paper explores some key themes for the understanding, between different geographies, of working-class housing reform in the end of the 19th Century, putting the emphasis on the single-family detached house and the garden-city ideal.

Keywords: architecture, low-income housing, single-family house, industrial town, Mulhouse, Porto, 19th Century.

1. Apontamentos sobre o princípio do unifamiliar nas *cités ouvrières*: a “casa quadripartida” de Mulhouse

Em 1850, o arquiteto inglês Henry Roberts (1803-1873) escreveu «The dwellings of the labouring classes». A importância do livro demonstrou-a Louis-Napoléon Bonaparte ao determinar nesse mesmo ano a sua tradução para a língua francesa (Roberts, 1850) contendo essa nova edição uma introdução elaborada por Viollet-le-Duc (Eleb-Vidal, 1984, p. 102). O texto de Roberts a favor da renovação do alojamento recolhia e tipificava soluções habitacionais diversas desenvolvidas para responder ao incremento da população operária e à degradação das condições do alojamento nos principais focos industriais ingleses. Parte dos desenhos apresentados eram da sua autoria e correspondiam a propostas para a Society for Improving the Condition of the Labouring Classes (SICLC) onde era arquiteto honorário. As atividades deste género de sociedades imobiliárias dinamizaram a construção de habitação operária dando origem a um vasto conjunto de soluções arquitetónicas e urbanas cujo sucesso ecoaria para além da Londres vitoriana.

Com o citado livro iniciava-se uma literatura exclusivamente centrada na arquitetura da casa simples, profusamente ilustrada com plantas, cortes, alçados e pormenores construtivos. Os desenhos de projeto eram apresentados como ferramenta de propaganda essencial à disseminação das soluções tidas como modelares. Nos estatutos da SICLC essa estratégia estava claramente delineada pois, “arranging and executing Plans, as Models” (Roberts, 1850), tinha como objetivo progredir na execução de bairros novos. A questão da formação de casos exemplares e a sua posterior divulgação através de meios gráficos eficazes foi perseguida no intuito de que o esforço inicial gerasse uma reação em cadeia capaz de abarcar a escala do problema da habitação das classes pobres.

No âmbito da exposição universal londrina de 1852, sob patrocínio do príncipe consorte, Henry Roberts construiu através da SICLC um dos mais celebrados protótipos de habitação operária oitocentista. O volume de quatro fogos agrupados em dois pisos albergou a Exhibition Model Dwellings. O vínculo entre contentor e conteúdo denotava a ambivalência instrutiva da ação que cruzava a inovação na forma arquitetónica, na tecnologia edificatória, ou no mobiliário doméstico, com desenhos técnicos de arquitetura e publicações especializadas dedicadas ao impacto social e económico do alojamento da família operária. Este pequeno acontecimento foi visitado por figuras marcantes como Charles Dickens ou Edwin Chadwick. Teria também desviado a atenção de muitos daqueles que se dirigiam à feira com o simples intuito de negociar, divulgar ou mesmo espiar as novidades tecnológicas expostas. Se, por um lado, debaixo da estrutura monumental revolucionária de Joseph Paxton se desvelavam patentes industriais, maquinaria pesada ou estranhos artefactos modernos; do outro, a pequena, inerte e conservadora construção de tijolo atestava o gradual esforço de inovações tipológicas e técnicas desenvolvido ao redor do espaço doméstico operário. Provavelmente, o maior impacto desta simples exposição no debate europeu sobre o desenho da habitação das classes pobres urbanas decorreu do facto de por aí também terem passado delegados da Société Industrielle de Mulhouse (SIM).

Em Mulhouse (França) –à época, um dos mais poderosos centros da indústria têxtil– a influente SIM fundou em 1853 a Société Mulhousienne des Cités Ouvrières (SMCO) com a missão de erguer a primeira cidade satélite operária depois de garantido o suporte financeiro dos industriais locais e de uma subvenção governamental. A constituição desta sociedade teria sido o culminar de um conjunto de diligências importantes (Zuber, 1852, p. 129) e o seu sucesso parece indicar a existência de um plano estratégico sólido que permitia adiantar de imediato quer o modelo financeiro do empreendimento, quer os detalhes das habitações a construir. No centro das preferências, a habitação unifamiliar e o regime de propriedade privada alicerçada na “ética religiosa” de Frédéric Le Play (1806-1882).¹

Contrária ao paradigma progressista das comunidades rurais autónomas de propriedade coletiva, a doutrina de Le Play na idealização da casa individual tem sido esquecida por alguma historiografia. Para a compreensão de Mulhouse ela é particularmente instrutiva, nomeadamente, quando a relacionamos com as boas práticas da “Economia Social” na época. Segundo Le Play, o esforço coletivo de harmonização social e económica devia ser efetuado através da institucionalização de uma ordem orgânica, rural e medieval. A instrumentalização da propriedade do solo como garantia de um património transmissível, da habitação individualizada, da horta como complemento de sustento, era vital para o controle das práticas quotidianas e para o fortalecimento, sedentarização e perpetuação do grupo familiar e, conseqüentemente, para a estabilidade física e emocional do indivíduo² –condição primordial na engrenagem produtiva da fábrica.

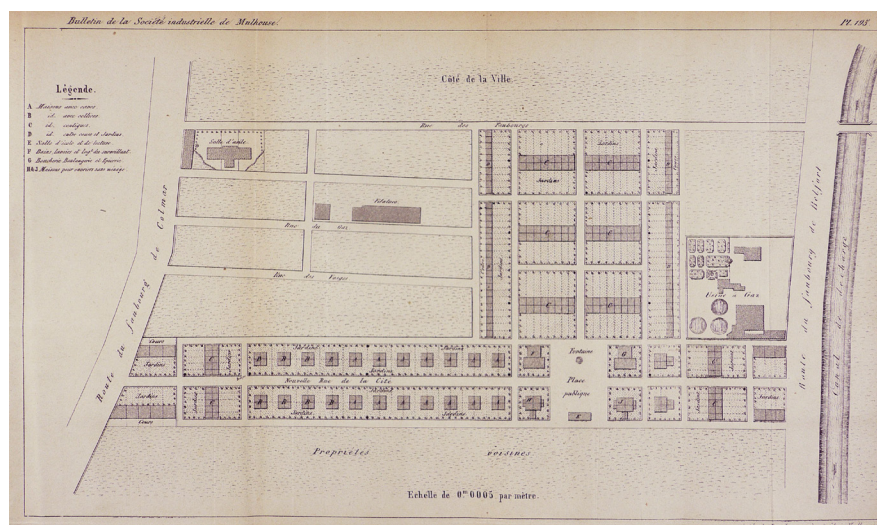


Fig. 1. Cité Ouvrière de Mulhouse. Implantação 1ª fase.

Fuente: «Bulletin de la Société Industrielle de Mulhouse», Tome XXV, núm. 124, 1853. [Archives Municipales de Mulhouse].

¹ Ver, por exemplo, Henry Desroche, citado em Frey (1995, p. 87). Recordar-se que, entre 1829 e 1879, Frédéric Le Play fez um estudo exaustivo sobre as famílias operárias em vários locais da Europa.

² Ver, por exemplo, o capítulo dedicado à casa operária em Le Play (1879, p. 320).

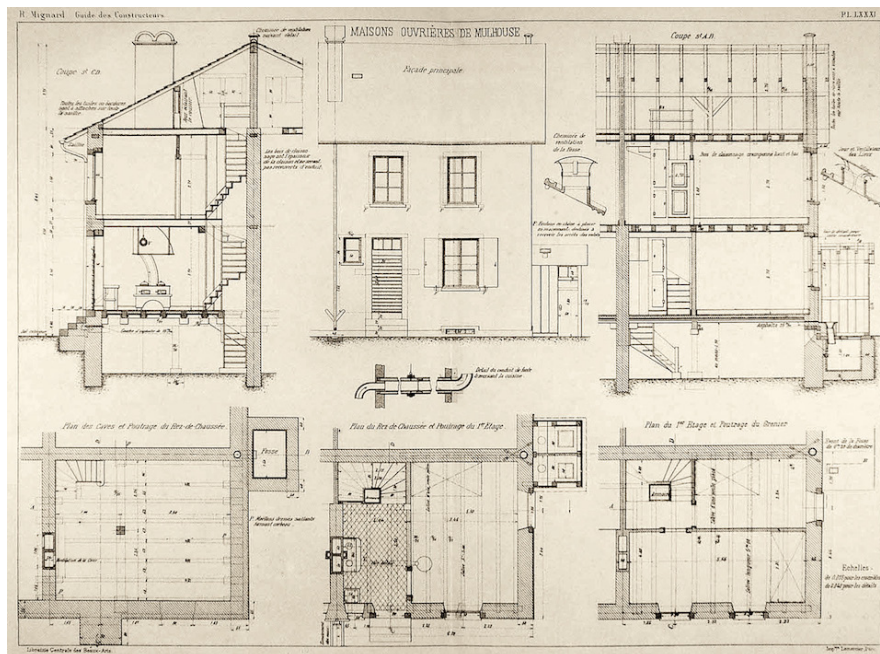


Fig. 2. Le Carré Mulhousien. 1853.

Fuente: «Bulletin de la Société Industrielle de Mulhouse», Tome XXV, núm. 124, 1853. [Archives Municipales de Mulhouse].

O projetista designado para liderar o processo foi o arquiteto Émile Muller³ (1823-1889), atento leitor dos textos de Le Play (Hahn, 1982, p. 2755) e fiel depositário do pensamento carismático do “saint-simonista”, “franco-maçom” e industrial fundador da SIM, Jean Dollfus (1800-1887) para quem, aliás, havia desenhado um pequeno conjunto experimental de casas.

Em 1853 iniciaram-se os trabalhos daquela que viria a ser a maior estrutura urbana exclusivamente dedicada à classe operária. Sobre uma malha ortogonal fortemente hierarquizada dispuseram-se três tipos de casas económicas. Na sua proposta, Muller reavaliou o programa do alojamento operário à luz da casa simples “pavilhonar” e das formas vernaculares rudimentares que atualizou com novos dispositivos espaciais e técnicos. Muller haveria de colocar a conceção da casa num patamar de abstração tal que nos remete para uma racionalidade alimentada, sobretudo, pela lógica produtiva e programática da habitação exterior à norma clássica. Uma das soluções que usou – o Carré Mulhousien – agrupava diedricamente quatro fogos encenando a escala urbana dos novos bairros residenciais burgueses. Neste caso particular, podemos circunscrever com uma precisão invulgar na história da arquitetura da casa o nascimento de um modelo cuja mediatização haveria de conduzir à sua implementação em geografias diversas. A reprodutibilidade em série da solução introduziu, em pleno século XIX, a noção de protótipo e,

³ Émile Muller foi engenheiro e professor na École Spéciale d'Architecture de Paris, a instituição fundada em 1865 pelo higienista Émile Trélat. A partir desta escola Eugène Viollet-le-Duc confrontou o tipo de ensino ministrado na École des Beaux-Arts.

consequentemente, a dissolução do valor autoral da obra tal como era considerado no meio académico *beaux-arts*.

“Le type de Mulhouse est devenu classique: il convenait de s’arrêter quelque temps sur un effort d’une telle importance. Il nous suffira de mentionner par la suite les imitations qui ont été faites et les modifications qu’a reçues ce système⁴.” (Picot, 1889, p. 199).

A consagração da casa unifamiliar com jardim, em geral, e da experiência de Mulhouse, em particular, ocorreu em 1889 no contexto da Exposição Universal de Paris. Prova factual, a entrega da medalha de ouro da exposição a Émile Muller “eminente arquiteto de casas baratas e higiénicas”. A constituição de Mulhouse como paradigma da reforma do alojamento operário teve a cumplicidade de diversas personalidades da elite republicana francesa reunidas à volta do Grupo de Economia Social. Por via da influência cultural e política que a França detinha, algumas dessas figuras ficarão permanentemente ligadas à história da renovação urbana e ao nascimento da habitação social na Europa fim-de-século. Destaca-se Émile Cheysson (1836-1910), engenheiro politécnico, industrial no prestigioso polo fabril de Creusot. Havia organizado com o seu mentor Le Play a Exposição Universal de Paris de 1867 e escreveu, entre outros, «La Question des Habitations Ouvrières en France et à l’Étranger» (1886) e os programas dos primeiros concursos públicos de arquitetura para bairros de casas baratas em Paris. Também, Jules Siegfried (1837-1922), influente político, primeiro presidente da Société Française d’Habitation à Bon Marché (SFHBM) e fundador, com Cheysson, do Museu Social. Siegfried dedicou-se sobretudo questões da higiene das populações urbanas e rurais sendo posteriormente reconhecido como o pai da lei que, a partir de 1894, regulamentou e promoveu em França as HBM. Outra figura marcante foi Georges Picot (1838-1909), juiz e historiador, secretário da Academia das Ciências Sociais e Políticas e, com Jules Siegfried, fundador da SFHBM. Picot havia escrito em 1885, «Un devoir Social et les logements d’ouvriers».

Estes reformistas republicanos viam plasmados na *cité ouvrière* os últimos requisitos higienistas, a consolidação de um programa doméstico apropriado à vida familiar operária e a viabilidade do sistema de renda resolúvel como instrumento moralizante dirigido aquisição da propriedade. Na acesa discussão entre o unifamiliar e a habitação coletiva, ou seja, entre o modelo urbano compacto e a cidade extensiva, as soluções fundadas em casas isoladas eram maioritariamente aceites como desejáveis apesar da sua construção exigir maiores recursos. Isto ficou claro na resolução dezoito do Congrès International des Habitations à Bon Marché de 1889 (afim da exposição parisiense atrás referida) ao se definir que, quando financeiramente possível e no interesse do operário e da sua família, as habitações separadas seriam sempre preferidas. A escolha era eminentemente ideológica assente numa teia de interesses fundados na estabilidade secular das instituições políticas e produtivas e na boa fluência do capital.

⁴ Tradução pelo autor: “O tipo de Mulhouse transformou-se num clássico o que corresponde a um esforço cuja importância nos merece especial atenção. Assim, será de mencionar as imitações desenvolvidas e as modificações que o sistema sofreu”.

2. A questão portuense do alojamento operário na refundação da cidade

Na segunda metade do século XIX, as realizações das *Building Societies* inglesas e da *Société Mulhousienne des Cités Ouvrières* bipolarizavam o debate sobre a habitação operária em Portugal. Nas suas intervenções parlamentares, o engenheiro socialista Augusto Maria Fuschini (1843-1911), um dos primeiros intelectuais portugueses a escrever sobre o problema, refere ambos os casos como exemplares. Mas, a proximidade cultural e política da realidade francesa parece ter colocado definitivamente a solução alsaciana na agenda política da casa económica na transição de século. Não terá sido alheia preferência a impetuosidade e sagacidade dos discursos que a imprensa de grande tiragem difundiu através dos seus diversos géneros. Esta vaga permitiu uma itinerância de informação intensa sobre as *cités ouvrières* dando origem a um receituário preciso dedicado ao espaço urbano e doméstico operário. Resultado dessa dinâmica, o uso sistemático da experiência de Mulhouse para ilustrar algumas propostas lançadas no início do século. O jornalista e economista portuense Bento de Sousa Carqueja (1860-1935) apoiar-se-á nos exemplos gálicos, particularmente, Mulhouse, para sustentar as suas ações filantrópicas na cidade do Porto.

“[...] À face do muito que se tem feito lá fora, vamos esboçar o plano modesto, mas tão perfeito quanto possível, que nos parece dever ser preferido entre nós. [...] O bairro operário deve ser formado por pequenos grupos de casas, convenientemente dispostas, para que umas não prejudiquem as outras. Cada casa deve ter necessariamente um terreno anexo, para quintal de cultivo e recreio. Uma casa de banhos e um lavadouro são indispensáveis em cada bairro e bom será que não falte uma sala de creche. Neste ponto a organização de Mulhouse é aproveitável. [...]. É uma cidade operária, não constituída por um casarão, como se fosse um quartel; nada disso. Cada casa, construída o mais economicamente possível, só pode conter uma ou duas famílias e é cercada por um jardim.” (Carqueja, 1920, pp. 99, 104 e 108).

Será ao redor desta ideia de baixa densidade e do unifamiliar que o discurso se ancorará. Apesar de não ter existido no Porto uma economia firme e estabilizada - fato decisivo para que as operações ficassem muito aquém da dimensão urbana das vilas operárias mais difundidas - não se deve desprezar o esforço por implantar na cidade modelos internacionais em clara rutura com a tradição construtiva local. Esta importação coincidiu com um processo de atualização infraestrutural e de embelezamento que a edilidade dinamizou a partir da última década do século XIX, observando de perto as transformações urbanas de algumas cidades francesas, nomeadamente, Paris, símbolo de modernidade e local da formação de parte significativa dos engenheiros e arquitetos municipais. Se, de um lado, a promoção privada (paternalismo filantrópico ou industrial) foi circunstancial, do outro, o município comprometeu-se desde cedo em construir diretamente bairros para as classes mais desfavorecidas. Esse esforço integrou-se num processo de refundação da cidade que se acentuaria com a implantação da República em 1910.

Desde a questão da passagem dos cais marítimos de Leixões a porto comercial (com a possibilidade de anexação de Matosinhos, resolvida em 1913) até ao projeto de Barry Parker (1867-1947) para o rasgamento da “avenida da cidade”, concretizado em 1916, o tema dos “bairros operários” foi sendo inscrito no programa de melhoramentos urbanos com intensidades diversas.

Numa primeira fase, a intenção coincidia com a urgência de reforma sanitária do centro histórico, servindo a construção de casas baratas para realojar a população por demolição dos núcleos populosos.

É provável que um “Projecto de habitações para bairros d’operários”, não datado, tenha sido desenvolvido neste contexto. A autoria eventual do engenheiro municipal João Carlos d’Almeida Machado (1841-1913), a solução enunciada vincula-se ao modelo francês através do uso de casas quadripartidas. Apresenta diversos tipos de casas inspiradas no Carré Mulhousien a aplicar numa malha ortogonal representada na “Planta geral d’um bairro para qualquer dos 6 typos de casas”. Alguns indícios no desenho de pisos térreos sugerem que o objetivo destas primeiras hipóteses era alojar populações ribeirinhas, o que coincide com a intenção da demolição de quarteirões da baixa para posterior reconfiguração. Na década de 1910, socorrendo-se destes estudos sobre o “quadripartido”, a edilidade planeava “a forma prática e mais rápida possível” de demolir o Barredo (zona popular central) transformando-o num “bairro higiénico, perfeitamente moderno”. O departamento técnico alertava para a dificuldade em localizar os novos aglomerados sublinhando as limitações impostas pela irregularidade da topografia portuense, as restrições no acesso à água por causa do contrato com a Companhia das Águas e, ainda, a indefinição na expansão da rede de eletricidade. Na verdade, depois de fixado o projeto das “casas-modelo” restou sempre a dificuldade em encontrar os terrenos adequados a tal empreendimento. Ou seja, numa primeira fase a arquitetura do bairro era concebida descontextualizada, tipificada, para ser implementada em massa independentemente do local. Fundada sobretudo na repetição da casa “quadripartida”, essa estratégia encontrava na geografia muito acidentada sérios obstáculos à concretização. Crê-se que essa dificuldade decorria do facto de não existirem disponíveis na bolsa de terrenos camarários largas faixas de terreno capazes de suportar aquele tipo de soluções no centro da cidade. Colocava-se como hipótese proceder à expropriação de parcelas sob o pretexto de requalificar propriedades abandonadas cujos muros eram dissonantes no processo de embelezamento urbano. No entanto, contra a vontade da maioria das vereações, assistir-se-á gradual deslocação dos conjuntos habitacionais para a periferia onde era mais fácil encontrar grandes plataformas com aragem atlântica.

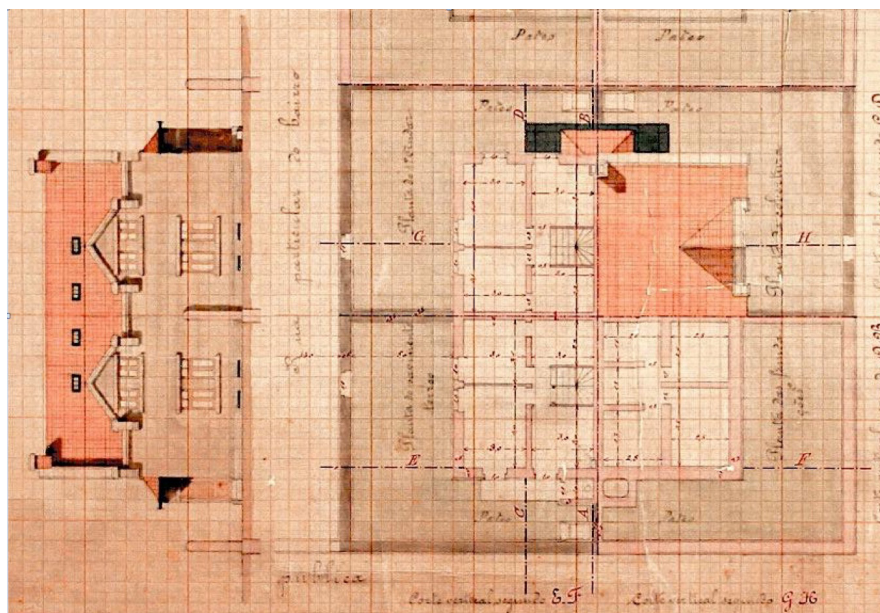


Fig. 3. Projecto de habitações para bairros operários. Tipo nº 1. Extracto a partir do desenho original.
 Fuente: Arquivo Histórico Municipal do Porto, AHMP.

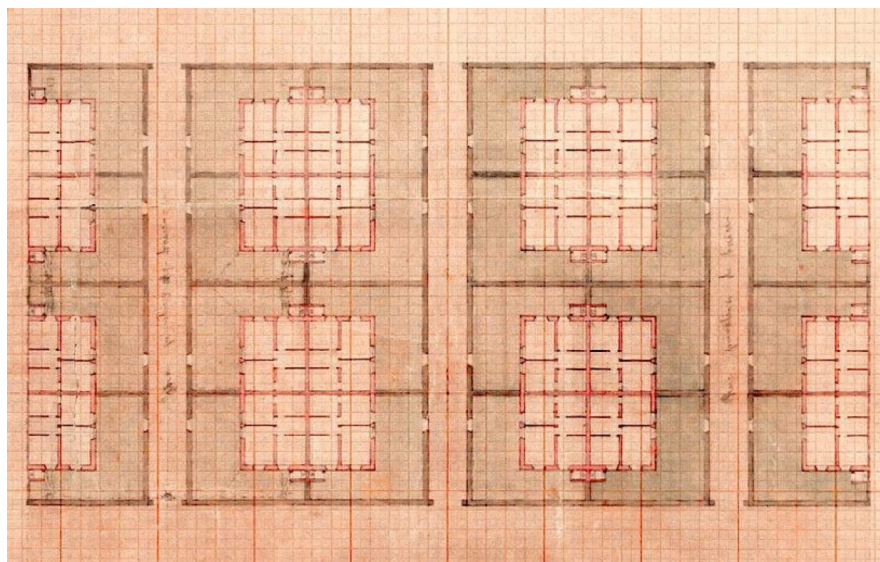


Fig. 4. Planta geral d'um bairro [de] qualquer dos 6 tipos de casas. Extrato do original, sem data.
 Fuente: Arquivo Histórico Municipal do Porto, AHMP.

Apesar da incerteza sobre os locais da implantação, as linhas orientadoras na definição das casas eram claras: “os tipos propostos devem referir-se não só ao sistema de casas isoladas, mas ainda ao de agrupamentos, não podendo, neste caso, cada grupo ter mais de quatro casas”.⁵ Os projetos a elaborar deviam considerar agrupamentos de quatro casas com um ou dois pavimentos, formando quatro ou oito habitações independentes, associando-lhes casas isoladas com um ou dois pavimentos para formar uma ou duas habitações independentes. A forma de associação e a diversidade de fogos teria como finalidade encontrar seis patamares de rendas. O programa, a arquitetura e a forma urbana destes primeiro bairros foram desenvolvidos pelo departamento técnico camarário dirigido por Joaquim Gaudêncio Pacheco (n. 1875),⁶ engenheiro, que no ano anterior havia representado o município no importante Premier Congrès International et Exposition Comparée des Villes, no âmbito da Exposição Internacional de Gand (Bélgica).



Fig. 5. Colónia Operária Viterbo Campos (1915).
Fuente: Foto Guedes c. 1930. [AHMP].

Aliás, aí terá ouvido Raymond Unwin (1863-1940) apresentar «The Town Extension Plan» e Augustin Rey (1864-1934) a falar sobre «La Ville salubre de l’Avenir». A viagem de Gaudêncio Pacheco e o seu conhecimento da realidade das grandes cidades foi na época citada a favor da qualidade das soluções apresentadas

⁵ Acta da Vereação, 16 de Janeiro de 1914.

⁶ Joaquim Gaudêncio Rodrigues Pacheco foi Engenheiro-chefe da 3ª Repartição da Câmara Municipal do Porto entre 1909-1913. Em 1904, havia desenhado para O Comércio do Porto algumas casas do bairro operário das Antas. Com Marques da Silva, criticou as primeiras propostas de Barry Parker para a zona central da cidade. Foi ainda responsável no Porto pela construção do único Bairro Social da Primeira República.

e jamais realizadas. É provável que o primeiro projeto construído pela Câmara em 1915 («Colónia Operária Viterbo Campos») tivesse a sua marca e, em 1918, nomeado Comissário do Governo no Porto pela Primeira República para a Construção de Casas Económicas do Norte tivesse responsabilidade no desenho do Bairro Social da Arrábida. O Bairro Operário de Entre Campos, depois, Colónia Operária Viterbo Campos, correspondia em Portugal à primeira construção pública dedicada à habitação operária. O conjunto tinha uma arquitetura estranha à realidade portuguesa com telhados quebrados e beirais pronunciados a lembrar a ruralidade centro-europeia. Sob a estrutura da planta quadripartida dominava o viajado “chalet infidèle” de origem incerta, dimensão modesta e declaradamente rústico. (Vernes, 2006, p. 123).

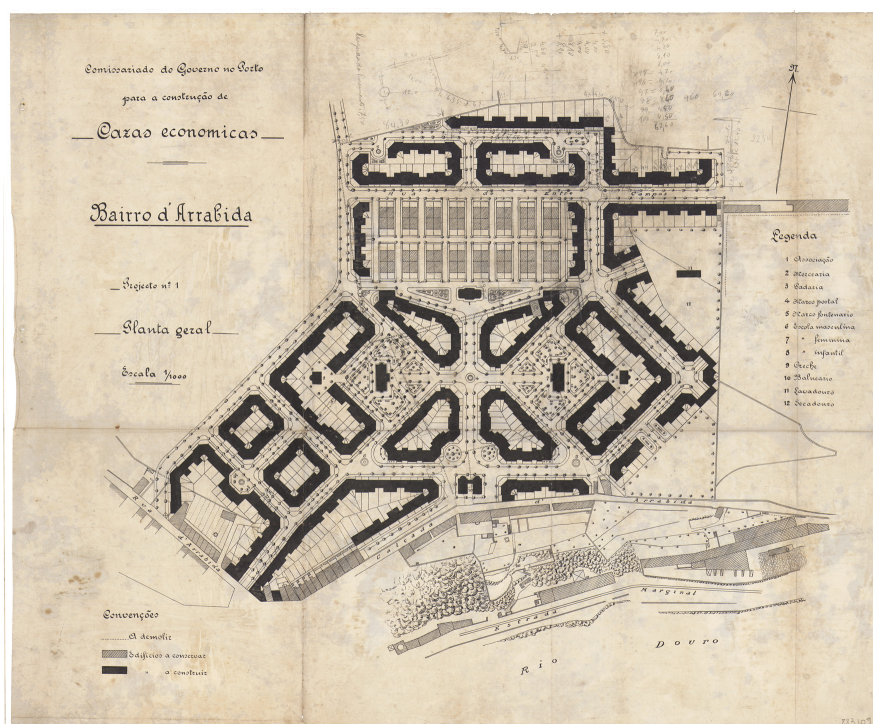


Fig. 6. Colónia Operária Viterbo Campos (1915) e Bairro Social da Arrábida (1918).
Fuente: IRHU – Forte de Sacavém.

Em cumplicidade com a Câmara Municipal, o jornal portuense «O Comércio do Porto» levará a cabo uma importante ação de mobilização de recursos que permitiu construir em pontos periféricos da cidade três aglomerados de pequena escala. Os bairros modelo seriam recompensa para aquelas famílias que da população indigente se distinguiram por conduta comportamental modelar. Desses conjuntos, o mediatante Bairro Operário de Monte Pedral, iniciado em 1899 sob desenho do importante arquiteto portuense José Marques da Silva (1869-1947) recém-chegado de Paris, enquadra-se também na *petit histoire* do Carré Mulhousien.

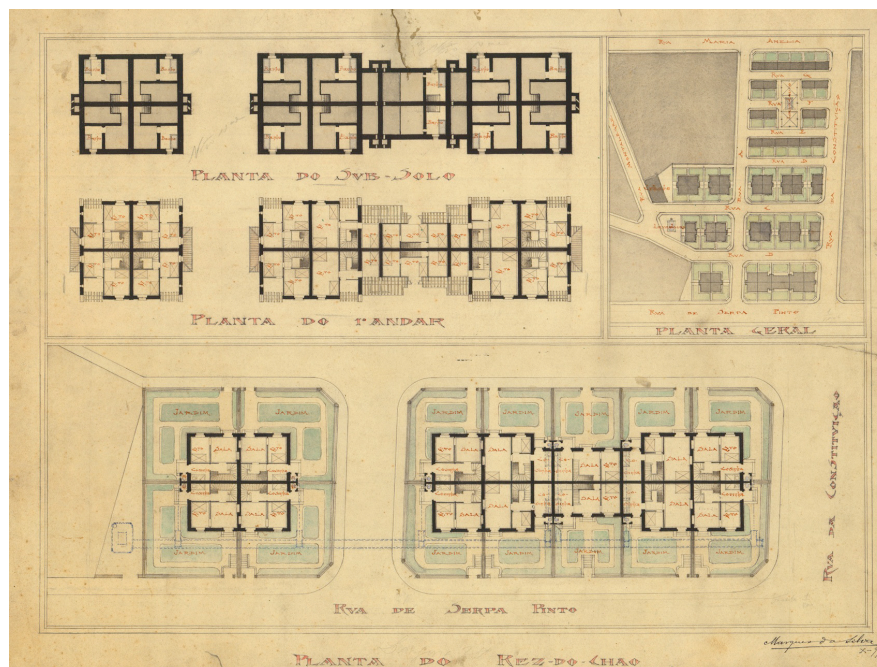


Fig. 7. Bairro Operário de Monte Pedral – Jornal o Comércio do Porto. 1899.
Fuente: Arquivo Fundação Instituto Marques da Silva.

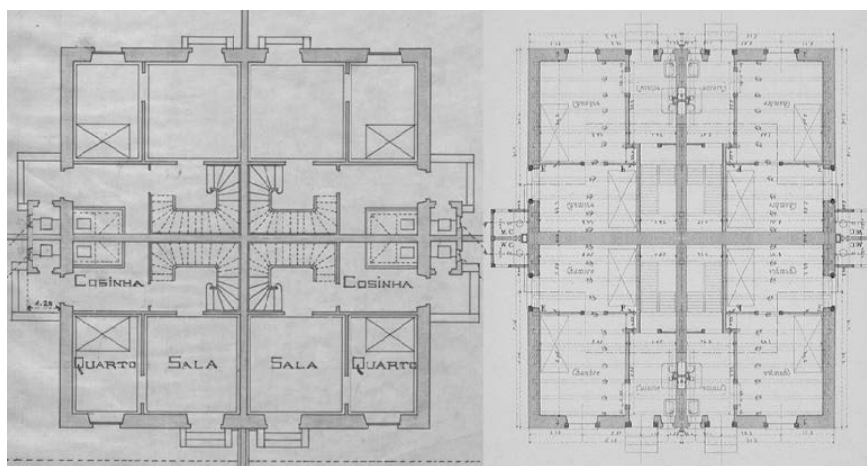


Fig. 8. Plantas comparadas do Bairro Operário do Monte Pedral (dir.) e do Carré Mulhousien (esq.).
Fuente: Arquivo Histórico Municipal do Porto; Archives Municipales de Mulhouse.

Émile Muller referia-se à sua “habitação quadripartida” como sendo a solução mais vocacionado para alojar os contramestres e quebrar a monotonia das casas operárias vulgares. Dizia representar uma gama alta de alojamento que, apesar de obrigar a mais ruas, a lotes maiores, e exigir um maior controle sobre os inquilinos, corrigia as diferentes ambições e necessidades da hierarquia operária e, simultaneamente, possibilitava uma diversidade tipo-morfológica essencial à qualidade espacial e paisagística do bairro. A proposta original de Marques da Silva representa um estrato do plano de Mulhouse, transpondo para a pedreira da Rua da Constituição esse microcosmo. A malha ortogonal estabelece zonas de “casas em banda” e “casas quadripartidas” ordenadas num crescendo até culminar com o sector mais importante voltado para a Rua Serpa Pinto. A par com o quartel militar, essa parte do bairro construída em 1900 dotou o troço daquela rua com uma escala urbana adequada à sua importância na estrutura viária do Porto da época. Nesta perspectiva, o arquiteto serve-se do *type mulhousien*, não só para acentuar os critérios de higiene ligados à circulação do ar e à exposição solar, mas também como artifício arquitetónico capaz de tecer possíveis continuidades morfológicas com novos bairros burgueses e adaptado a uma visão mais genérica da cidade oitocentista enquanto “obra de arte”. A resolução do pequeno quarteirão a poente desmonta o sistema quadripartido ajustando-o à dimensão irregular do lote. Esse trabalho de otimização geométrica e rentabilização de áreas determinou aí uma solução formada por seis “casas em banda, costas com costas”, distinta da solução usada no núcleo destacado a nascente, claramente tomada de Mulhouse. As variantes introduzidas denotam um saber na “arte de bem compartimentar”, patente na disposição e articulação dos espaços e, ainda, um domínio no desenho da forma suficientemente ágil para, por exemplo, dar coerência e unidade formal ao conjunto através do uso da matriz modular original como mecanismo de controle entre as partes. Porventura, esta atenção acabou por gerar uma terceira gama de habitações com áreas superiores a cem metros quadrados –facto interdito no contexto do alojamento operário, cujo limite máximo para este padrão de casas se situava nos oitenta metros quadrados.

Quais as razões do sucesso de Mulhouse neste extremo ocidental da Europa? Em primeiro lugar, a clara opção pelo unifamiliar pelas razões atrás apontadas, nomeadamente, a gradual tomada de consciência que essa solução era a que melhor servia uma ideia de pátria assente no critério de autenticidade e de família. Depois, a associação peculiar das quatro casas individuais envoltas em jardins cunhava os bairros com uma escala ambígua, intermédia, que se podia aproximar do ambiente das novas zonas burguesas formadas por palacetes que começavam a surgir nas novas expansões. Também, dada a debilidade orçamental do município e a debilidade do tecido industrial, a natureza fracionada do empreendimento permitia pequenos investimentos que podiam ser faseados ao longo do processo de urbanização. Sublinha-se, ainda, alguma facilidade na transposição da solução para o meio nacional por via de uma forte aculturação francesa, nomeadamente, arquitetónica, fruto não só do tráfego de publicações especializadas, mas também reflexo da passagem de técnicos portugueses na *École des Ponts et Chaussées* e na *École de Beaux-Arts* de Paris.

3. Duas leituras finais

Em todos os casos expostos, o recurso à casa quadrangular guarnecida com jardim periférico e horta, com apontamentos decorativos inspirados em arquiteturas vernaculares, demonstra a transversalidade no uso de um modelo internacional de casa e serve para ilustrar o equívoco gerado entre a natureza das *garden-cities* e das *cités ouvrières* na primeira década do século XX. São estes dois temas que nos interessa deixar como considerações finais.

3.1. O “modelo” e o “tipo” no desenho da casa operária

A arquitetura praticada nas *cités ouvrières* ilustrada na exposição da “Economia Social” decorria da mesma lógica utilitarista que otimizava os processos industriais. A sua natureza era racionalista e tinha origem no pragmatismo científico dominado pela lógica matemática, dos modelos parametrizáveis e da eficácia técnica difundida a partir da École Nationale des Ponts et Chaussées. Este paradigma opunha-se ao “modus operandi” do arquiteto formado na Academia Beaux-arts centrado na norma clássica.

O problema disciplinar que a habitação simples colocava aos arquitetos da academia decorria da imposição de rígidas limitações programáticas e orçamentais ao exercício do “estilo”. Ao invés da formação dada na École Nationale Supérieure des Beaux-Arts, essa questão estaria resolvida na formação politécnica como, por exemplo, a oferecida pela École Spéciale d’Architecture onde Muller era professor. Se no primeiro caso predominava uma visão eminentemente artística da prática, centrada nas técnicas de ornato e na norma compositiva dos edifícios institucionais; na segunda, prevalecia um pragmatismo interdisciplinar vocacionado, sobretudo, para a resolução dos programas utilitários da segunda industrialização. Acresce-se o protagonismo social diferenciado entre uns e outros: os *beaux-arts*, secularmente ligadas ao poder e à alta burguesia; e o *entrepreneur*/arquiteto/engenheiro, formativamente ligado ao *saint-simonisme* ativamente empenhado no progresso social.

Em Portugal, quando em 1903 é emitida legislação que fixava os padrões mínimos de qualidade na habitação tornou-se evidente que todos os projetistas teriam forçosamente de encontrar novas estratégias de desenho de forma a garantir a construção barata. João Lino de Carvalho (1859-1926), um dos raros arquitetos empenhados no debate das casas baratas e da sua higiene confessava em 1905:

“[Sobre as casas baratas] pois que na actualidade harmonizar a arte e a higiene com a economia é de facto o mais interessante problema que se impõe ao arquiteto.” (Carvalho, 1908, p. 25).

Encontramos refletidos nos exemplos atrás referidos toda a ambiguidade de posicionamento face a um objeto arquitetónico de sentido tão difuso na época. Numa observação quantitativa sobre o número de fogos necessários para resolver a “questão social” do alojamento precário, o incremento do custo da obra por um simples desajuste dimensional ou o uso de decoração supérflua tornavam-se rapidamente em caprichos profissionais puníveis. Noutra perspetiva, o facto podia

desvanecer-se à luz das boas regras da arte da composição, ou da responsabilidade que esta gama de habitação podia ter na “boa forma da cidade” oitocentista ou, ainda, porque no final de Oitocentos a emancipação das massas começava a exigir a democratização da arte – “a arte para o povo” –.

Estes problemas que recaíram sobre o desenho da casa económica obrigaram a adequações na prática projetual. Por exemplo, em Monte Pedral, o aumento da área da casa, a localização e escala da escada como chave da organização da planta, a desenvoltura das águas furtadas, trouxeram ao modelo de Mulhouse profundas transformações que, ao se desviarem da sua raiz otimizada para a economia, introduziram novos fatores difíceis de conciliar com a definição de “casas baratas”. A formação *beaux-art* de Marques da Silva colocava-o na posição de arquiteto artista, onde a invenção e reinvenção surgiam como condição natural da arte de projetar. Julien Guadet (1834-1908), professor de Marques da Silva, empenhou-se na ideia de um classicismo operante, relativo e processual (Fanelli & Garciani, 2002, p. 3) em relação ao mundo contemporâneo. Esta é a razão pela qual se chama a atenção para dois termos estruturadores e úteis para entender as deformações que o “quadrado” de Mulhouse sofreu. Referimo-nos ao par “modelo” e “tipo”, ao seu valor semântico e sentido disciplinar na conceção, produção e análise arquitetónica.

O Carré Mulhousien pode ser observado como um ponto de partida, portanto como objeto aberto à transformação criativa. Parafraseando a famosa definição de Quatremère de Quincy (1755-1849)⁷, dir-se-ia que a casa quadrangular foi tomada como um “tipo”, ou seja, uma estrutura conceptual suscetível de ser manuseada. A metamorfose operada, que permite criar um novo objeto, reforça o sentido negativo da cópia no pensamento idealista da arte e refuta operações básicas de reprodução aceitáveis nos meios ligados às escolas técnicas. É assim possível associar a questão do “modelo” ao ensino politécnico e a do “tipo” ao ensino académico de Belas-Artes. A racionalidade de processos e formas auferida pela lógica da máquina, da otimização industrial e do conhecimento científico, será fundamentalmente responsável pela estandardização e réplica de “modelos” escolhidos. Esta visão positivista da imitação a que o “modelo” se presta fixará também a ideia de protótipo (Quaroni, 1987, p. 87), conceito decisivo na análise das soluções de habitação mínima modernas.

3.2. O ideal rural: *cit -jardin* e “casa-horta”

Na Câmara dos Deputados afirmava-se que o pitoresco do casario portuense, o ambiente bucólico dos seus arrabaldes, pediam uma arquitetura próxima do “chalet”; pelo contrário, a urbanidade e a monumentalidade de Lisboa poderia, eventualmente, justificar densidades maiores. Assim, o destino rural e romântico dos territórios adjacentes ao núcleo histórico do Porto encontrou na “casa quadripartida” e na

⁷ Referimo-nos   frase retirada do seu «Dictionnaire Historique d’Architecture»: “A palavra Tipo não representa tanto a imagem de uma coisa que se tem de copiar ou imitar perfeitamente, mas antes a ideia de um elemento que deve ele mesmo servir de regra ao modelo. [...] O Modelo, entendido segundo o exercício prático da arte é um objeto que se deve repetir tal qual é. Pelo contrário, o Tipo é um objeto segundo o qual se pode conceber obras que não se assemelham nada entre si. Tudo é preciso e está fixo no Modelo, tudo é mais ou menos vago no Tipo”. Tradu o do autor a partir de A. C. QUATREM RE DE QUINCY (1832, p. 629).

As soluções utilizadas decorrem de um processo com origem na filantropia e nos reformistas oitocentistas, continuado adentro do século XX pelo programa Habitation à Bon Marché [HBM]. A vocação operária das *cités* influenciou soluções paisagísticas e arquitetónicas menos exuberantes, mais ambíguas na sua relação com a cidade-mãe e despidas do sentido panótico e eugénico patentes no modelo de Ebenezer. As *cités ouvrières*, depois *cités-jardins*, embora se possam filiar no movimento internacional das Cidades-Jardins, afirmaram-se distintas. É o caso dos conjuntos da companhia ferroviária francesa citada. A formação de áreas de baixa densidade ligadas ao tipo unifamiliar, ao sistema de hortas, jardins, hierarquização dos espaços públicos e alguma autonomia funcional impuseram recorrentes equívocos de leitura. O momento embrionário daquilo que será a faceta anglo-saxónica do movimento das *garden-cities* tem na sua fundamentação –com John Ruskin e William Morris– uma liberdade formal que persegue a média escala dos assentamentos medievais e os recortes precisos, mas não geométricos, que dividem as manchas de construção e a paisagem natural. Ainda que submetida ao desenho simples e à regra implícita, cada casa devia distinguir-se pela sua individualidade de modo a contrastar com a monumentalidade dos edifícios públicos: o género preferencial de habitação será conservador, irregular, ancorada na *cottage* e no “pitoresco”. O fenómeno fará parte do processo conducente às cidades satélite inglesas de princípio do século XX como resposta possível à “urbanofobia” sentida pelas elites da classe média e alta. A habitação corrente utilizada aproxima-se da casa vernacular ideal onde “sapientemente decantati e miscelati fino a ottenere un modello planimetricamente compatto, volumetricamente semplice, realizzabile con materiali a buon mercato e con procedimenti tecnologici elementari” (Zucconi, 1982, p. 41). Guido Zucconi observa que este tipo de casas destinou-se a um estrato social bem definido á procura de um *status*.

“A questo gruppo sociale, afferma Unwin, occorre offrire «non uno spazio compartimentato entro una casa di pigioni, ma un cottage tutto proprio, con il suo piccolo giardino, la sua aria pura, la sua cucina in ordine, il suo salotto e le sue camere da letto” (Zucconi, 1982, p. 42).

A destacar na caracterização particular das *cités-jardins* dois aspetos distintivos: a natureza jurídica da propriedade e o controlo do destino do solo. Se a urgência social e as restrições económicas do pós-guerra conduziram a soluções públicas intensivas baseadas no multifamiliar, não se pode negar que durante o século subsistirá enraizada uma predileção generalizada pelo arquétipo da “casa isolada com jardim” associada á noção de propriedade. Pierre Bourdieu, num estudo que fez sobre o imobiliário na segunda metade do século XX, denominado «Un placement de père de famille. La maison individuelle» (Bourdieu, 1990, p. 81-82), evidencia a perenidade do *habitat pavillonnaire* porque aí se reconhece com maior nitidez, social e fisicamente, a acumulação e a conservação de um património transmissível. A casa singular e independente afigura-se como supremo elemento de correspondência entre unidade espacial e unidade familiar, por isso, parte privilegiada no projeto de reprodução biológica (critério de temporalidade) e social (critério de emancipação).

A outra questão –o destino do solo– remete na sua essência para as classes desfavorecidas operárias. Neste sentido, quer o conforto e a comodidade do espaço doméstico, quer o complemento de terreno serão especialmente pensados. Na discussão sobre as qualidades da casa, entendida no seu sentido mais lato, a horta e o jardim representam duas faces de uma mesma moeda que sublinhará a preferência por uma nova ordem que busca na vida rural valores ancestrais, de natureza diversa, que a industrialização urbana não havia contaminado. Mas, igualmente, uma fonte de subsistência importante.

“Les fruits sont encore fort goûtés, par les détenteurs de jardins, mais les fleurs dépassent la mesure, et leur caractère évident de luxe et de superfluité, choque parfois ces modestes travailleurs. ‘La plus belle fleur, Monsieur, disait l’un d’eux, c’est une belle légume’” (Pierret, 1909, p. 244).¹⁰

Apesar de se encontrar nos desenhos de plantas de bairros representação similar, o sentido do jardim e do horto pressupõem visões diferentes e diferenciadas sobre o carácter da casa quer na sua relação com quem a habita quer como parte caracterizadora de uma certa ideia de urbano. No contexto da habitação operária, o aparecimento de um espaço dedicado ao cultivo da terra em ambiente urbano está diretamente relacionado com dois problemas posteriormente associados à casa económica. O primeiro é eminentemente de política económico-social, associado à sustentabilidade da harmonia familiar, à manutenção de mão-de-obra sadia e a uma complementaridade no rendimento;¹¹ o segundo está associado a uma apropriação das qualidades da vida no campo.

Se nas *garden-cities* impera o jardim tomado na sua plenitude enquanto elemento de mediação e de representação, nas *cités ouvrières* esse espaço é substituído pelo horto enquanto meio de subsistência auxiliar. Em síntese, afirma-se que o termo “jardim” corresponde a um mundo do doméstico aburguesado que faz uma apropriação lúdica do espaço exterior privado enquanto o termo “horta” coloca a casa num sistema de economia social e produtiva evidenciando o cultivo da terra como recurso de subsistência instrumentalizado. Em ambos os casos estamos perante fórmulas de construção extensiva em confronto conceptual e territorial com a cidade tradicional. Aparentemente convergentes para um mesmo modelo urbano (assente em baixas densidades e formas arquitetónicas pastorais) a distinção funcional provocada pela fixação de uma ou outra solução permite diversas leituras sobre o sentido e o destino da habitação mínima naquele período.

A forte implementação dos bairros jardim pela envolvente periférica das cidades decorreu da criação de uma estrutura ramificada de organizações que tinha à cabeça o debate sobre a renovação dos tecidos urbanos afirmando a necessidade do planeamento urbanístico como disciplina autónoma. No rescaldo da Primeira Grande Guerra, os recursos teóricos entretanto firmados a favor de expansões assentes na

¹⁰ Tradução pelo autor: “Os frutos são ainda muito apreciados pelos donos dos jardins, as flores ultrajam e tem carácter de luxo e superficialidade. Por vezes chocam estes trabalhadores humildes. ‘A flor mais bela, senhor’, disse um deles, é um belo vegetal.”

¹¹ Veja-se o caso extremo do movimento das “Hortas Operárias” de forte implantação em França. Solução discutida em Coimbra no Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose de 1907.

baixa densidade e em unidades de paisagem acabariam por serem preferencialmente implementados na reconstrução das cidades mais devastadas. Este último facto e a tradicional carga de ruralidade na sociedade urbana, diluindo tensões entre campo e cidade, são razões que podem justificar o desinteresse português em criar vínculos oficiais ao *garden-cities movement*.

Os termos “cidade-jardim” e “casa-jardim” que, insistentemente e discricionariamente, a Primeira República Portuguesa (1910-1926) e o regime totalitário do Estado Novo (1933-1974) usaram, em nada se assemelham às fórmulas mais avançadas pondo em relação o “higienismo”, o “urbanismo” e o “eugenismo” sobre territórios de uso cooperativo. Em Portugal, nos anos de 1930, quando o princípio da casa-jardim estava já a desvanecer-se cedendo o lugar a soluções de habitação massificadas, recorrer-se-á a bairros ajardinados com casas pitorescas que recuperavam uma identidade nacional enraizada em formas arquitetónicas vernaculares previamente selecionadas. Esses aglomerados dispostos na periferia sem infraestruturas ancoravam-se na ideia da “casa-horta” como instrumento político capaz de estabelecer, através da noção protetora de “lar” e do valor patrimonial de “terra”, um compromisso entre o individual, o familiar, o comunitário e o patriótico. Estamos perante um processo seletivo que culminará com a eleição exclusiva deste tipo de habitação pelas ideologias paternalistas e autoritárias dos anos de 1930 como é o caso do Programa de Casas Económicas¹² em Portugal.

¹² A lei do Programa das Casas Económicas de 1933, promulgada pelo regime ditatorial de Salazar (Estado Novo), fomentará pela primeira vez em Portugal a construção de bairros económicos em larga escala. Os empreendimentos serão inteiramente suportados pelo Estado e as casas ocupadas segundo o regime de renda resolúvel.



Fig. 10. Aglomerado de Moradias Económicas. Arquitecto Joaquim Madureira, 1937.
Fuente: AHMP.

4. Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre, *et al.* (1990): “Un placement de père de famille. La maison individuelle” en *Actes de la recherche en sciences sociales*, núm 81. 81-82.
- CARQUEJA, Bento (1920 [1900]): *O Futuro de Portugal*. Livraria Chardron, Porto.
- CARVALHO, Lino de (1908): “A Habitação” in *Anuario da Sociedade dos Architectos Portuguezes*. Typographia do Commercio, Lisboa.
- ELEB-VIDAL, Monique & DEBARRE-BLANCHARD, Anne (1984): “Architecture domestique et mentalités: les traités et les pratiques au XIXe siècle” in *Extenso: recherches à l’Ecole d’architecture Paris-Villemin*, núm. 2 & núm. 5.
- FANELLI, Giovanni & GARGIANI, Roberto (2002) *Auguste Perret*. Editori Laterza, Bruxelles.
- FREY, Jean-Pierre (1995): *Le rôle social du patronat: du paternalisme à l’urbanisme*. L’Harmattan, Paris.
- HAHN, Jean-Claude –dir. – (1982): *Nouveau dictionnaire de biographie alsacienne*. Fédération des sociétés d’histoire et d’Archéologie d’Alsace, Strasbourg.
- LE PLAY, Frederic (1879): *Les Ouvriers Européens*. Alfred Mame et Fils Libraires-Éditeurs, Paris, p. 320.
- PICOT, Georges (1891): “Section XI, Habitations Ouvrières” in *Exposition Universelle Internationale de 1889 à Paris – Rapports du Jury International*. Imprimerie Nationale, Paris.
- PIERRET, Émile (1909): *Vers la Lumière et la Beauté. Essai d’Esthétique Sociale*. La Renaissance Française, Paris.
- QUARONI, Ludovico (1987): *Proyectar un edificio: ocho lecciones de arquitectura*. Xarait Ediciones, Madrid.
- QUATREMÈRE DE QUINCY, A. C. (1832). *Dictionnaire historique d’architecture*. Librairie d’Adrien Le Clère et Cie, Paris.
- ROBERTS, Henri (1850): *Des Habitations des Classes Ouvrières*. Gide et J. Baudry Éditeurs, Paris.
- ROBERTS, Henry (1850): *The Dwellings of the Labouring Classes, their Arrangement and Construction*. Savill and Edwards Printers, Londres.
- VERNES, Michel (2006): “Le chalet infidèle ou les dérives d’une architecture vertueuse et de son paysage de rêve”, in *Revue d’histoire du XIXe siècle*, núm. 36, 2006.
- ZUBER, Jean (filho) (1952): “Note sur les habitations d’ouvriers” in *Bulletin de la Société Industrielle de Mulhouse*, tome XXIV, núm. 116.
- ZUCCONI, Guido (1982): “Dalla fase eroica alla standardizzazione: primi esiti dell’architettura domestica”, in CALABI, Donatella –ed.– *Architettura domestica in Gran Bretagna, 1890-1939*. Electa Editrice, Milán.

